



Departamento de História

**O mundo do trabalho em tempos de “Estado Novo”:
Círculos Operários Católicos e o “pai dos pobres” uma disputa
pela palavra dos trabalhadores. (1937 – 1945)**

Orientadora: Larissa Rosa Corrêa

Jerson de Oliveira Fernandes Filho

Rio de Janeiro 2021

Resumo

A pesquisa tem como contexto histórico o ambiente de instabilidade do mundo do trabalho e a necessidade da ditadura do “Estado Novo” de harmonizar os combates da luta operária, além de consolidar sua própria imagem com a sociedade por meio da construção da figura pública de Vargas. Desta forma, pensando a criação, trajetória e comportamento do Círculo Operário, o mesmo se coloca como opositor a essas iniciativas e, portanto, se apresenta como não alinhado à estrutura político-trabalhista do Estado Novo. A proposta é analisar as relações entre o Círculo e o Estado/Vargas através de notícias de jornais, dentro de um ambiente de disputa por influência no meio trabalhista. Para além disso, pontuar a capacidade de agência dos trabalhadores dentro de um projeto de Estado que se propõe homogêneo, mas deixa brechas para demandas extra-estatais.

Palavras-chaves:

Estado Novo; Corporativismo; Associativismo; Círculo Operário Católicos.

Ementário

1 *Uma Aventura Historiográfica: A fusão acerca dos debates envolvendo Estado Novo e a Igreja Católica no século XXI.*

Neste capítulo tenho como objetivo analisar conjuntamente duas obras que representam as duas correntes historiográficas que perpassam essa pesquisa: Estado Novo e Igreja Católica.

2 *Amigos, Amigos... Negócios à parte: Corporativismo x Associativismo, as disputas ideológicas entre o Sindicalismo Católico e o Sindicalismo de Estado.*

Aqui pretendo apresentar o cenário de disputas ideológicas no mundo do trabalho tendo como plano de fundo o momento repressivo do Estado Novo

3 *Para além do passaporte de direitos, o Círculo Operário é uma possibilidade.*

Por fim, trabalho especificamente a atuação do Círculo Operário Católico de Botafogo no Rio de Janeiro e sua atuação com os trabalhadores, auxílios e projetos sociais

1 Uma Aventura Historiográfica: A fusão acerca dos debates envolvendo Estado Novo e a Igreja Católica no século XXI.

No presente capítulo tenho como objetivo uma pequena aventura dentro do debate historiográfico acerca das produções sobre o *Estado Novo (1937-1945)* e sobre uma das organizações operárias católicas, o Círculo Operário Católico de Botafogo, que de acordo com as fontes é a instituição representante no Rio de Janeiro. À luz disso, entramos em um dos grandes objetivos desta monografia que é a junção de ambas as produções historiográficas, *Estado Novo e Círculo Operário Católico*, tendo como propósito final continuar a desconstrução da hegemonia estadonovista e o monopólio das organizações trabalhistas deste período, seja no âmbito cultural, social ou político.

Sendo assim, pretendo colocar em xeque a perspectiva da *massa amorfa*, sem identidade, sem unidade e principalmente sem opção, que coloca o *Estado Novo* e Getúlio Vargas como símbolos de unanimidade da classe trabalhadora e benfeiteiros da sociedade. No livro *Em defesa da Ordem*¹, Damião Duque de Farias apresenta que, apesar da Igreja Católica estar alinhada ideologicamente com a política varguista/estadonovista enxergando-a como uma possibilidade de unificação nacional, a Igreja possui sua própria organização sindical que virá a disputar espaço de influência com o Estado.

O “Estado Novo” é um período marcado por duas características, sendo elas pontos chaves na presente pesquisa, a primeira no que tange ao esforço do ditador estadonovista Getúlio Vargas de construir uma memória acerca de si mesmo, do seu governo e de sua relação com a classe trabalhadora. Já a segunda, pode ser observada como consequência da primeira, isso devido às diversas tentativas de Vargas de exercer essa construção a partir de uma aproximação para com a classe trabalhadora. Desta forma, Vargas tentava se colocar como uma espécie de concessionário de direitos trabalhistas, buscando elaborar sua imagem como “pai dos pobres”.

Isto posto, o caráter ditatorial do período se apresenta na intervenção e presença do Estado na vida cotidiana, seja na construção de um perfil ideal de

¹ FARIAS, Damião Duque. *Em defesa da ordem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

cidão, seja na tentativa de elaborar uma identidade nacional, a partir desta intervenção, o Estado organiza as relações entre trabalhadores e patronato. Sendo assim, das áreas citadas, a organização trabalhista e a construção de um cidadão, novamente delimitam a direção dessa pesquisa, uma vez que o corporativismo marca o estilo de organização trabalhista. Desta forma, a aproximação entre Vargas e Igreja Católica vai delimitar o perfil de cidadão ideal a partir de uma moralidade cristã que é essencial na construção daquele que seria o nacional.

Com isso, Vargas busca assegurar uma hegemonia do corporativismo no que tange ao mundo trabalho, e encurta suas relações com a Igreja Católica tendo em vista a construção de uma moralidade que unifique a sociedade ao elaborar um perfil nacional. Entretanto, a Igreja nesse momento possuía um forte braço no mundo do trabalho, o Círculo Operário Católico, esse grupo no período em questão apresenta significativa importância no ambiente operário de diversos estados, tendo como exemplo Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Assim, a existência do Círculo e sua expansão já desconstroem a pretensão varguista de hegemonia no mundo do trabalho.

“O jesuita patrício, padre Leopoldo Bretano natural do Rio Grande do Sul, tem desenvolvido notável trabalho em prol da arregimentação dos operários daquele Estado. Fundou os Círculos Operários como coordenadores da colaboração das classes modestas. Traçou diretrizes para o clero, para os rapazes e os jovens da Ação Católica, para os intelectuais, etc.

Os círculos operários são dirigidos por operários, exclusivamente. Os industriais, comerciantes, fazendeiros, estudantes, jornalistas, farmacêuticos, proprietários em geral, militares, administradores, homens públicos, todos têm a sua tarefa nos círculos operários, desde que se apresentem com disposição(...)

Aqui no Rio acaba de ser fundado o Círculo Operário de Botafogo, à rua São Clemente, 216. A sede deste movimento operário ficará no Rio de Janeiro, sob a forma de confederação,

e cada Estado terá a sua federação(...)” (CORREIO DA MANHÃ, 1936)².

Nesta matéria do jornal *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, com o título “Círculos de Operários Católicos” de 27 de outubro de 1936, trata-se com certo destaque a forma de atuação do Círculo, a pluralidade daqueles que são seus integrantes e principalmente o desenvolvimento de um “notável trabalho em prol da arregimentação dos operários”. Falando especificamente sobre o recrutamento plural de trabalhadores, essa descrição feita pelo jornal entra em contato com a parte inicial do livro de Damião Duque³, que apresenta uma mudança na postura da Igreja Católica propondo uma solidariedade entre os membros da Igreja para com a sociedade, na tentativa de integrar todos trabalhadores e ao mesmo tempo afastá-los das influências comunistas e causadoras da desordem. Isto é, a pluralidade de trabalhadores que são agregados ao movimento exemplifica o esforço da Igreja, apresentado por Damião Duque, de unificação independentemente do ofício.

A mudança de postura da Igreja católica coloca como centro da sua atuação o amparo e a assistência social, rompendo e se afastando das classes dominantes e oligárquicas tendo como consequência uma aproximação com os “oprimidos”. O Círculo Operário Católico é a síntese desta transformação de comportamento da Igreja, cujo objetivo era reconstruir sua visão de mundo a partir do viver do seu povo⁴. Porém, não devemos cair no maniqueísmo de que a Igreja é “boa” e se preocupa com a classe trabalhadora genuinamente e Vargas é “mal” e apenas manipula a classe ao seu bem entender. Até porque, esta visão contribui para a caracterização de uma classe trabalhadora que se movimenta inconscientemente entre os projetos.

Um outro objetivo da Igreja nessa mudança de postura é sua posição contrária às organizações independentes dos trabalhadores, uma vez que isto descentralizaria o povo brasileiro que a moral católica tinha o compromisso de unificar, não à toa Duque trabalha este período como um momento de instabilidade social e política. O autor⁵ apresenta que a partir da década de 1920 o proletariado

² CORREIO DA MANHÃ. “Círculos de Operários Católicos”. Rio de Janeiro, 1936. p.9

³ FARIA, Damião Duque. *Em defesa da ordem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. p.18

⁴ *ibidem* p.20

⁵ *ibidem*, p.30

se torna um ator político de relevância, tendo em vista as greves que acontecem em São Paulo em 1917 e 1919 que são caracterizadas como grandes eventos de eclosão da “questão social”, e se somarmos esses acontecimentos com o movimento tenentista teremos como resultado a observação do rompimento das classes populares com a estrutura social vigente.

Neste contexto de rompimento e instabilidade que marcam a década de 1920, a Igreja Católica inicia o chamado *Movimento de Restauração Católica*, que tinha como líderes D. Sebastião Leme e Jackson de Figueiredo com o objetivo principal de reagir a essa fragilidade política e social. O movimento buscava garantir a ordem social restabelecendo o princípio da autoridade contra a liberdade, sendo assim essa “autoridade” se enquadra na ideia de intervenção estatal ou de qualquer outro órgão/instituição que venha a garantir a ordem e minimizar os movimentos sociais que geram insegurança no período.

Assim, enquanto essa autoridade que garantirá ordem não existe, a Igreja aparece como uma ferramenta de ordem, disciplina e coesão para com a sociedade “A Igreja soube realmente conquistar o Brasil”⁶, isso porque diante de todos esses embates e rompimentos sociais a Igreja se apresenta como a melhor instituição para manter a ordem social. Esse reconhecimento não vem sozinho, muito deste espaço conquistado pela Igreja possui ligação profunda com o único pilar que ainda a une com os grupos sociais dominantes, o inimigo em comum: O Comunismo.

Angela de Castro Gomes aparece nessa conversa na medida em que no seu livro *A Invenção do Trabalhismo*⁷, a autora investiga as questões de “quem é esse trabalhador?” e “qual é seu lugar na sociedade?”, ainda nesse momento da obra a autora aborda, também, a construção do valor positivo do ato de trabalhar e esse ato como sendo a origem da sua dignidade⁸. O não reconhecimento do papel do trabalhador, nos anos de 1920, como esteio da sociedade motiva a luta para que esta situação se transforme, sendo traduzida como uma luta política cujo objetivo é de conquistar o *status* de “bom cidadão”, organizado e representado politicamente⁹. Assim, é esse cenário de reivindicações e luta política da classe trabalhadora que

⁶ ibid ibidem, p.32

⁷ GOMES, Angela Maria de Castro.. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

⁸ ibidem, p.13

⁹ ibidem, p.13

foi interpretado pela Igreja como um movimento de *desordem*, portanto o *Movimento de Restauração Católica* foi desencadeado com o objetivo de restabelecer a *ordem*.

O rompimento das classes populares com a estrutura social vigente na década de 1920 cria uma cidadania coletiva entre os trabalhadores, essa nova proposta de cidadania constrói uma identidade social positiva, no qual, o povo se reconhece enquanto classe distinta e solidária. Deste modo, compartilhando da mesma experiência enquanto trabalhadores, eles passam a lutar conjuntamente por seus direitos perante as demais classes sociais. Consequentemente, esse posicionamento da classe trabalhadora entra em conflito com a solução que a Igreja propõe para esse momento de crise, na qual essa *distinção* da classe trabalhadora é vista como um problema *particular* que contribui para uma descentralização do Brasil. Para a Igreja, portanto, diante de toda essa crise o país precisa ser pensado e organizado como um corpo eclesiático, uma unidade orgânica¹⁰.

Na busca por essa unidade orgânica, a Igreja Católica coloca a moralidade cristã como a “liga” para formar a unidade do Brasil, construindo que o “bom trabalhador” é aquele que trabalha, que é se volta para sua família e para o seu país, assim somente a moral cristã resolveria as mazelas da sociedade que são colocadas como desvios morais. A construção de uma moral aparece como um pilar fundamental da relação entre Igreja e “Estado Novo”, porque é bebendo dessa moralidade cristã católica que o estado constrói sua concepção nacional, ou seja, sua unidade que busca substituir essa identidade coletiva de 1920. A vista disso a construção de uma moralidade também é de interesse do Estado e a soma das duas idéias de homogeneidade constrói aquilo que seria a nacionalidade brasileira do pós-30. Ao mesmo tempo em que os projetos possuem um denominador comum, o Estado elabora sua individualidade em comparação com a Igreja através dos seus objetivos.

Desta forma, apesar de alinhados ideologicamente em quesitos morais, o *Estado Novo* possui o objetivo de unificar os trabalhadores sob a égide do Estado, de maneira que os sindicatos não mais seriam independentes e desatrelados do

¹⁰ FARIAS, Damião Duque. *Em defesa da ordem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. p.35

governo como eram no início do século XX. A partir de março de 1931 com o Decreto nº 19.770¹¹ que transforma a relação dos sindicatos com o Estado:

“A lei de sindicalização de 1931 vinha transformar e ao mesmo tempo concorrer com o padrão de associação até então existente no movimento operário. Consagrando o princípio da unidade e definindo o sindicato como órgão consultivo e de colaboração com o poder público, o decreto trazia as associações operárias para a órbita do Estado” (GOMES, 2005)¹²

O que mais chama atenção do texto da lei é o intuito do Estado e de Getúlio Vargas em aproximar esse trabalhador do governo, mas para alcançar esse objetivo seria necessário afastar as ideologias políticas que estavam presentes no ambiente sindical - como anarquismo, socialismo e comunismo - e, também, afastar a Igreja Católica do mundo do trabalho buscando a exclusividade na relação Estado/classe trabalhadora. Ainda dentro do texto da lei, esse comportamento fica claro quando é vedado aos sindicatos a propaganda de ideologias políticas ou religiosas. O argumento apresentado por Castro Gomes¹³ é que o Estado cria a “exclusividade” sem deixar explícito na lei, na medida em que apesar da sindicalização ser facultativa, na prática era compulsória porque somente os trabalhadores sindicalizados poderiam usufruir dos benefícios da legislação social.

Assim, fica evidente que o objetivo do Estado ao beber da moral católica para unificar a população, mais especificamente os trabalhadores, é homogeneizar a classe que se apresenta de maneira heterogênea. A contradição, no entanto, é que o mesmo projeto estatal que se utiliza da moral católica, também se propõe a combater toda organização sindical que permanecesse independente e ameaçasse a nova ordem institucional. A Igreja, nesse sentido, é atingida pela instauração da unidade sindical e pela proibição de qualquer vínculo religioso aos sindicatos já que, na teoria, isto impedia a existência de um movimento sindical de orientação católica. Porém, como apresentei no livro *Em Defesa da Ordem*, o projeto do sindicalismo católico não só já estava em desenvolvimento como contava com o

¹¹ GOMES, Angela Maria de Castro.. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.163

¹² *ibidem*, p.163

¹³ *ibidem*, p.163

apoio e proteção do Estado, devido a sua atuação contra a descentralização e demais doutrinas ideológicas.

A partir de 1934, já contando com a existência do Ministério do Trabalho, durante a administração de Joaquim Pedro Salgado Filho o Estado se consolida ainda mais como regulador, tendo em vista a aprovação de quase todas as leis que orientavam as relações de trabalho. Este é o momento chave, no qual o Estado passa a assumir a frente do processo da legislação social, e a partir dela exercendo seu intervencionismo nas relações entre empregados e empregadores. Além disso, este contexto tem como resultado um maior afunilamento das associações independentes que desencadeiam dois processos, como explica Castro Gomes:

“De forma geral pode-se assinalar que, de um lado, houve um grande esforço de parte do movimento sindical para preservar seu espaço de independência, denunciando, resistindo e entrando em choque aberto com a orientação ministerial, e, de outro, houve a tentativa do ministério, em parte bem-sucedida, de conquistar os sindicatos existentes ou criar novos sindicatos sob a égide da política governamental” (GOMES, 2005)¹⁴.

Assim, como é apresentado pela autora, temos uma ampla disputa física e ideológica pela liderança do movimento operário organizado, caracterizado pela existência paralela de um sindicalismo oficial e um independente. Porém, mesmo existindo essa disputa e diversidade acerca dos sindicatos, o ministério não observava isso como preocupante ou prejudicial à implementação dos projetos do ministério. Isto porque, todos os movimentos, oficiais e independentes, concordavam que era necessário ampliar e aplicar as leis sociais no país criando um denominador comum entre os movimentos e esse objetivo gerava um apoio às medidas do ministério.

“(...) um dos setores do ministério seria o grande responsável pela conquista efetiva de espaços junto ao

¹⁴ ibidem, p.164

movimento sindical. Este setor era o da fiscalização das leis sociais, inicialmente subordinado ao Conselho Nacional do Trabalho e posteriormente ao Departamento Nacional do Trabalho, quando foram criadas as Inspetorias do Trabalho” (GOMES, 2005)¹⁵.

A partir do momento em que a fiscalização ganha força e efetividade, os fiscais passam a ser acompanhados por lideranças sindicais interessadas neste serviço, como é dito por Castro Gomes¹⁶, a fiscalização passa a ser acompanhada por “auxiliares fiscais”, que eram os próprios trabalhadores. Desta forma, é possível observar que diferentemente daquilo que é apresentado por Francisco Weffort em *O populismo na política brasileira*¹⁷, os trabalhadores exercem agencia. Se para Weffort, a participação política era concedida pelo Estado, em Castro Gomes temos o contraponto com os trabalhadores sendo auxiliares da fiscalização.

A grande questão para o autor é que neste espaço os trabalhadores demandam suas questões e são atendidos pelo Estado, assim a classe é interpretada como manipulada, comprada e iludida porque essas concessões constroem a imagem de um Estado benevolente. Simultaneamente, na medida em que as demandas da classe são atendidas se daria legitimidade ao Estado já que os trabalhadores aderem ao governo tendo em vista que supostamente o mesmo representaria seus interesses. A ideia da cooptação/manipulação “caí por terra” na medida em que os trabalhadores estão agindo em conjunto com o órgão público na fiscalização do cumprimento da legislação social exercendo um papel eminentemente reivindicatório¹⁸.

Assim, fica evidente a capacidade de agencia da classe trabalhadora por dentro dos órgãos públicos visando a garantia de seus direitos a partir da legislação social, porém se existe agencia por dentro da ordem, temos também por fora da ordem e contra ordem. O movimento sindical independente aparece como uma

¹⁵ *ibidem*, p.166

¹⁶ *ibidem*, p.166

¹⁷ WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

¹⁸ GOMES, Angela Maria de Castro.. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.166

intensa resistência às políticas estatais, contando com pancadarias, tiros e prisões no período que vai de 1931 e 1934¹⁹, já que apesar de conquistar grande simpatia após a elaboração e aplicação das leis sociais o governo ainda disputava espaço com os independentes. Apesar da lei de sindicalização de 1931 não tornar obrigatória a filiação ao sindicato, ela estabelecia uma relação direta entre ser sindicalizado oficialmente e ter acesso aos direitos, isto é, passa a ser necessário a criação de uma formalidade do vínculo: a Carteira de Trabalho.

“Com a instituição das carteiras de trabalho, criava-se um instrumento capaz de exercer um controle bem eficaz sobre a massa trabalhadora. A partir daí, a sindicalização passou a ser abertamente estimulada, ficando estabelecido que só poderiam recorrer aos órgãos da Justiça existentes aqueles que fossem sindicalizados. Desta forma, a manutenção de associações operárias independentes implicava excluir dos benefícios sociais os trabalhadores a elas vinculados” (GOMES, 2005)²⁰.

Porém, vale pontuar que apesar da carteira de trabalho funcionar como um “passaporte de direitos” não era explícito a ideia de “exclusividade sindical”, deixando margem para que esse trabalhador apesar de sindicalizado participasse de outras associações, como é caso do Círculo Operário Católico de Botafogo no Rio de Janeiro. No jornal *A Cruz* datado de 1936, temos mais uma manchete que apresenta a fundação desta associação independente e sua comissão, aparecendo também sua localização com dia e horário para reunião convocando os trabalhadores interessados para mais informações.

“Acaba de ser instalado á R. S. Clemente, 214 no predio da Congregação Mariana de Sto. Inácio, gentilmente cedido pela diretoria daquela associação, o Circulo Operario de Botafogo.

As sessões se realizam todas ás quarta-feiras, ás 20 horas e meia.

¹⁹ *ibidem*, p.167

²⁰ *ibidem*, p.167

O Circulo Operario de Botafogo, está, por enquanto, na fase de propaganda. Foi nomeada, para inicio de suas atividades, a seguinte comissão: Antonio dos Santos, Luiz Manoel Rodrigues, João Gonçalves Ramos (...)

O Circulo Operario de Botafogo aguarda pedidos de informações de todos os interessados por uma melhor sorte do trabalhador dando os esclarecimentos necessarios nas sessões de quartas-feiras" (A CRUZ, 1936)²¹.

Apesar da tentativa do Estado de sufocar o sindicalismo independente com a criação da carteira de trabalho, é necessário localizar o Círculo Operário de Botafogo dentro das duas possibilidades levantadas por Castro Gomes²²: o círculo é absorvido pelo Estado ou é resistente? Para isso, é preciso observar com cuidado o contexto da Constituição de 1934 e o período posterior à Lei de Segurança Nacional de 1935.

A Constituição de 1934 apresenta uma atualização da lei sindical de 1931 na medida em que através do seu art. 120²³ abre espaço para uma pluralidade e a autonomia sindical, pensar nesse novo contexto é fundamental para pontuar o espaço de atuação que o sindicalismo independente, incluindo o católico, ganha. A pluralidade e a autonomia sindical representavam uma forte vitória dos interesses da Igreja, porém constituíam um grande golpe naqueles que desejavam a unidade sindical e, principalmente, para a orientação oficial do Ministério do Trabalho que buscava uma unidade sob a tutela estatal.

“A Constituição, através de seu art. 120, consagrava a pluralidade e a autonomia sindicais (...) O próprio presidente eleito pela Assembleia Constituinte, Getúlio Vargas, não escondeu seu desagrado mesmo em seu discurso de posse.

O estabelecimento da pluralidade e da autonomia sindicais era uma vitória dos fortes interesses da Igreja, aliada

²¹ A CRUZ. “Circulo Operario de Botafogo”. Rio de Janeiro, 1936. p.3

²²GOMES, Angela Maria de Castro.. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.164

²³ ibidem, p.175

sem dúvidas ao patronato. Por outro lado, constituía um golpe tanto para as correntes que resistiam dentro do movimento operário e que desejavam a unidade sindical, quanto para a orientação oficial do Ministério do Trabalho, partidária também da unidade, mas sob tutela estatal.” (GOMES, 2005).²⁴

Tendo em vista a insatisfação de Getúlio Vargas e do Ministério do Trabalho é possível observar, no argumento apresentado por Castro Gomes²⁵, que mesmo antes da Lei de Segurança Nacional, houve uma grande intervenção e perseguição aos sindicatos independentes que ainda eram contrários às políticas do Ministério do Trabalho. A intervenção, significava em resumo a invasão policial e destruição das sedes dos sindicatos, com uso de violência física e prisões. O que de acordo com o art. 120 da Constituição em vigência não poderia acontecer, deixando explícito o caráter intervencionista e ditatorial do período. Porém, apesar de todos os perigos e questões envolvendo a resistência ao modelo sindical estatal, os trabalhadores reagem à política estatal e exercem sua capacidade de agencia ao dizer “não” ao governo Vargas.

A situação dos independentes fica mais complexa a partir da Lei de Segurança Nacional, consequência direta do movimento de 1935 a Intentona Comunista, que tornará a repressão inexorável e qualquer tipo de resistência quase impossível²⁶. Mais objetivamente, o período posterior à lei funda um novo momento na política brasileira, e principalmente nas relações entre Estado/trabalhadores. Como foi pontuado anteriormente, Damião Duque apresenta o contexto de 1920 como um momento de instabilidade política a partir das orientações que estão presentes dentro dos sindicatos, como por exemplo o anarquismo. Assim, a partir de 1935 as orientações políticas internas dos sindicatos deixam de ser uma simples ameaça à ordem e passam a ser um problema de segurança nacional criando um inimigo comum da nação: o comunismo.

²⁴ ibidem, p.175

²⁵ ibidem, p.176

²⁶ ibidem, p.177

Com a intensificação da opressão e perseguição sob o pretexto da ameaça comunista, e principalmente com a instauração do “Estado Novo” após o golpe de 1937, é decretado o fim da competição entre as propostas concorrentes, a luta nos sindicatos e nas ruas. Como é apresentado por Castro Gomes²⁷, a repressão ao comunismo torna impossível qualquer tipo de ação independente dentro da classe trabalhadora resultando em um “longo silêncio” que se inicia em 1935, reforça-se em 1937 e perdura até 1942. Neste contexto de “hiato” do conflito entre Estado e sindicalismo independente, o momento de anticomunismo dentro do Brasil, a abertura possibilitada pela Constituição de 1934 para a pluralidade dos sindicatos e, principalmente, a orientação ideológica da Igreja Católica alinhada ao Estado, apresenta condições de possibilidade histórica²⁸ para o fortalecimento do sindicalismo católico.

“Foi este espaço de tempo que permitiu a emissão de uma outra proposta de identidade e organização para a classe trabalhadora. A proposta da Igreja, estruturada nos Círculos Operários Católicos, contou com o respaldo de Waldemar Falcão (...) Profundamente assistencialista, a proposta circulista vinculou-se a um clima político de intenso combate ao comunismo e de grande simpatia por um Estado autoritário.” (GOMES, 2005)²⁹.

Assim, o surgimento do Círculo Operário Católico como uma “terceira via” ganha força através da política anticomunista que neste momento começa a tecer uma aliança entre Estado e Igreja, este inimigo em comum é a “faísca” para a permissão da existência do sindicalismo católico. Com isso, observando todas essas brechas e principalmente o início de um favorecimento estatal que permite a consolidação do Círculo Operário, indiretamente o Círculo passa a exercer uma concorrência solitária com o Ministério do Trabalho. Assim, a resposta para pergunta, resistência ou absorção, abre margem para que o Círculo ocupe as duas posições simultaneamente, na medida em que oficialmente a associação católica

²⁷ ibidem, p.177

²⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006.

²⁹ GOMES, Angela Maria de Castro.. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.178

trabalha em conjunto com o estado para afastar os trabalhadores do comunismo. Porém, indiretamente o Círculo passa ocupar um papel de extrema relevância com a política assistencialista, oferecendo auxílios para além da ação estatal:

“Foi eleita a Diretoria efetiva do C.O.B. (...)

Foi iniciada a campanha da extensão para o aumento do quadro social. Os atuais sócios do Círculo deverão apresentar novos circulistas até primeiro de Maio próximo, sendo que os que apresentarem mais propostas receberão dois prêmios, respectivamente para primeiro e segundo lugares.

Já estão assentadas as bases em que funcionará o serviço de assistência médica do Círculo sendo que o ilustre dr. Bento Ribeiro de Castro, gentilmente aceitou o posto de chefe da clínica” (A CRUZ, 1937)³⁰.

Assim, pode-se observar um amplo esforço do Círculo Operário de Botafogo para se expandir e recrutar novos associados, ao mesmo tempo agindo de acordo com sua orientação assistencialista promovendo auxílio médico aos seus associados. O ano de 1937 aparece como um momento chave para a consolidação do Círculo Operário no Rio de Janeiro com a realização de festas comemorativas reunindo trabalhadores nestes eventos, contando ainda com a presença de Alceu Amoroso Lima. Ao mesmo tempo que o sindicalismo católico se fortalece, o Brasil viverá em 10 de novembro de 1937 o fortalecimento dos poderes do estado que possuía um outro projeto de organização trabalhista, o corporativismo, fazendo do período pós golpe um momento de ambiguidade na relação entre “Estado Novo” e Igreja Católica. Aliados declarados no processo de construção da identidade nacional, porém concorrentes diretos no movimento sindical, e com isso temos as disputas no mundo do trabalho entre corporativismo x cooperativismo/associativismo que terão como palco o cenário repressivo do *Estado Novo*.

³⁰ A CRUZ. “Círculo Operário de Botafogo”. Rio de Janeiro, 1937. p.2